



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA

SANTILHA DE FÁTIMA SILVA

BELO HORIZONTE – MG

JULHO/2013

SANTILHA DE FÁTIMA SILVA

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Área de concentração: Gestão Escolar.

Orientador: Professor Me Daniel Handan Triginelli

BELO HORIZONTE – MG

JULHO/2013

SANTILHA DE FÁTIMA SILVA

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 17 de julho do ano de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Me Daniel Handan Triginelli – Orientador

Prof^a. Santilha de Fátima Silva – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu professor orientador Daniel Handan Triginelli, pela eficiência e sabedoria, no auxílio para concretização deste trabalho.

Aos colegas, pela interação e apoio.

Ao meu filho Luiz Gustavo Silva Mota, pelo incentivo e paciência nas horas difíceis.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas infinitas graças a mim concedidas, possibilitando-me a chegar até aqui;

Aos meus pais, pessoas generosas e incentivadoras, responsáveis pelo meu ingresso na carreira estudantil;

Ao meu filho, pela tolerância e auxílio neste período de estudo;

Aos tutores e coordenadores do curso Gestão Escolar, pelo apoio e incentivo demonstrados em suas práticas inovadoras.

Ao meu namorado, pelo apoio e compreensão.

EPÍGRAFE

“Se não fosse imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências jovens e preparar os homens do futuro”.

D. Pedro II

RESUMO

O presente trabalho mostra que atualmente, depois de muito se falar em educação de qualidade para todos como direito universal, percebe-se ainda o quanto é necessário que se faça uma reflexão maior a cerca desta discussão, pois sabemos que existem inúmeros fatores que interferem negativamente no processo educacional no Brasil. O objetivo principal deste estudo foi conhecer quais são os fatores causadores das condições desfavoráveis do trabalho docente. O que tem sido feito para sanar tais dificuldades que sobrecarregam o professor diante de tantas responsabilidades a ele atribuídas. As representações de tamanha insatisfação são os baixos salários, estrutura física das escolas inadequadas, materiais didáticos não adequados, ausência da família, problemas de indisciplina dos alunos bem como a violência e a carga horária excessiva. Assim sendo, é fundamental que as políticas públicas dêem o devido valor à classe docente e passe a oferecer condições necessárias que visam melhorar a qualidade no ensino público.

Palavras – chave: Qualidade, Condições de Trabalho do Professor, Educação.

ABSTRACT

This study shows that currently, after much talk in quality education for all as a universal right, one still how it is necessary to make a greater reflection about this discussion, because we know that there are numerous factors that negatively interfere in the educational process in Brazil. The main objective of this study was to identify what factors are causing the unfavorable conditions of teaching. What has been done to address those difficulties that overwhelm the teacher faced with so many responsibilities assigned to it. The representations of such dissatisfaction are low wages, inadequate physical infrastructure of schools, instructional materials not suitable, no family, student discipline problems and violence and excessive workload. Therefore, it is essential that public policies Give proper value to the class teacher and pass the offer conditions necessary to improve the quality of public education.

Key - words: Quality, Working Conditions Teacher Education.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CONDIÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS:.....	15
ANEXO	16

INTRODUÇÃO

Atualmente, depois de muito se falar em educação de qualidade para todos como direito universal, percebe-se ainda o quanto é necessário que se faça uma reflexão maior a cerca desta discussão, pois sabemos que existem inúmeros fatores que interferem negativamente no processo educacional no Brasil.

Quando assumi a gestão da escola em que atuo no dia 01 de fevereiro de 2012, tive muitas dificuldades, principalmente por não conhecer satisfatoriamente todo o corpo docente e o pouco que conhecia, percebia claramente a necessidade de fazer algo que pudesse mudar uma realidade totalmente desmotivada a qual encontrei. Busquei entendimento no Projeto Político Pedagógico, onde sua construção implica em enfrentar os desafios das mudanças e transformações da realidade da escola com a participação da comunidade escolar, para construir coletivamente instrumentos de práticas, que se comprometam com o trabalho coletivo fazendo com que haja compromisso de todos os integrantes do processo educativo.

Percebi então que o agravante da desmotivação é a falta de incentivo das políticas públicas, falta de recursos, materiais didáticos favoráveis a melhores condições de trabalho, bem como melhorias salariais e formação continuada de professores.

Diante do exposto, escolhi o tema: Condições de Trabalho do Docente na Escola Pública, o qual pretende pesquisar e refletir a cerca de vários fatores que interferem negativamente nas condições de trabalho do professor.

Há mais de meio século, a Declaração Universal dos Direitos da Criança de (1959) está vigorando implicando em muitas vantagens, oferecendo e garantindo direitos às crianças. A Declaração propõe mudanças em resgate à dignidade humana, onde todos devem ter direitos a melhores condições de vida. Mas deparamos com uma realidade marcada pela falta de entusiasmo e motivação do profissional da educação que demonstra em quantidade significativa estar insatisfeito com seu trabalho.

A Convenção Relativa à Luta Contra as Discriminações na Esfera do Ensino (1960) foi marcada como outro ponto fundamental para o crescimento e melhoramento do ensino. A convenção diz que os estados concordam que a educação deve atender ao desenvolvimento pleno da pessoa humana, o respeito aos direitos humanos bem como sua liberdade.

De acordo com o documento final CONAE (2010), ações como:

a) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; b) Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; c) Garantia de padrão de qualidade; d) Piso salarial profissional nacional para profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal; e) A criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social; f) Reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz a articulação entre teoria e prática ação/reflexão/ação; g) Favorecimento da construção do conhecimento pelos profissionais da educação; h) Garantia de implementação de processos que consolidam a identidade dos professores; i) Fortalecimento e ampliação das licenciaturas e implantação de políticas de formação continuada e de pós-graduação; j) Garantir a formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica.

Ver-se então que a busca pela excelência na educação vem evoluindo lentamente, porém vem sendo monitorada pelas leis que requer uma maior observação de direitos e deveres que precisam então ser cumpridos, pois o educador é muito desvalorizado ao exercer sua função, por vários motivos: baixos salários, estrutura física das escolas, materiais didáticos não adequados, ausência da família, problemas de indisciplina dos alunos bem como a violência, carga horária excessiva e outros. Esta realidade desmotivação e causa a insatisfação demonstrada pelos professores, podem influenciar no sucesso e na qualidade de ensino.

O objetivo principal deste estudo é conhecer quais são os fatores causadores das condições desfavoráveis do trabalho docente. O que tem sido feito para sanar tais dificuldades que sobrecarregam o professor diante de tantas responsabilidades a ele atribuídas. Para se alcançar o exposto acima, foi realizado levantamento e estudo bibliográfico no intuito de observar as condições de trabalho oferecidas ao professor, busca-se respaldo em MOREIRA e SILVA (2005), LDB (9394/96), CONSTITUIÇÃO (1988), PNE (2001), CONAE (2010), AZEVEDO, BARRETO, BETO e MORAN (2000), para propor maiores reflexões que possibilitem conhecer melhor os aspectos que o permeiam e buscar meios norteadores que permitam melhoras. Procurou-se neste

trabalho, observar como se formam as representações de insatisfação quanto às condições de trabalho docente, através da bibliografia consultada.

Diante do pressuposto de que aprendemos a cada dia, acredito que o diretor de escola precisa aprimorar seus conhecimentos para que não cometa nenhuma deselegância na tomada de decisões pela instituição a partir das situações-problemas ora apresentadas e sim pela equipe diretiva da escola, contando assim com a coletividade para realização de ações de uma gestão democrática, onde se busca a garantia da autonomia administrativa, financeira e pedagógica baseando-se num projeto político pedagógico que seja capaz de construir a qualidade almejada no ensino.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA

Depois de um demorado processo e disputas políticas e promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), dedica ao profissional da educação, a qual dá prioridade à formação do professor, valorização profissional, plano de carreira, piso salarial, mas tudo isso sem apontar nenhum caminho ou oferecer algo concreto. Portanto, a LDB define quais são de fato as condições necessárias para que o docente realize dignamente e satisfatoriamente seu trabalho com o mínimo de condições e bem estar sendo valorizado em seu ofício.

O objetivo fundamental deste trabalho é conhecer os principais fatores que interferem nas condições de trabalho docente da escola pública e buscar meios que possibilitem refletir e realizar análises sobre a necessidade de continuidade e mudanças.

Segundo REBOLO; CARMO (2010) e SOARES (2012):

A impossibilidade de participar das decisões sobre o rumo do ensino, o excesso de burocracia e o controle do trabalho do professor, a falta de apoio e de reconhecimento do trabalho por parte das instâncias superiores do sistema educacional, a escassez de recursos materiais, a falta de apoio técnico-pedagógico e a falta de incentivo ao aprimoramento são fatores geradores de desmotivação e insatisfação com o trabalho. (REBOLO; CARMO, 2010, p.08, et al SOARES 2012, p. 30).

Tudo isto contribui para a triste realidade das condições de trabalho do docente da escola pública. Enquanto bilhões de reais são investidos em esporte (em especial o futebol profissional), por exemplo, o profissional da educação vive mendigando salário

miserável ao ter que cumprir jornada ampliada de trabalho para se conseguir o mínimo de dignidade para garantir seu próprio sustento.

Diante das atuais condições de trabalho do docente, acredita-se que para mudar esta realidade, é necessário que se cumpram verdadeiramente as leis e que as políticas públicas estejam voltadas a favorecer e aplicar os recursos públicos na educação a fim de que se faça valer o percurso em direção da denominada educação de qualidade no ensino público. Que encontrem uma maneira de ver o profissional da educação como alguém que muito se esforça para alcançar excelência no seu ofício e para isto é necessário que seja urgentemente melhorada as condições de trabalho do docente.

Acredita-se que atualmente o professor muito se esforça para na medida do possível, ampliar seus conhecimentos para inovação de sua prática pedagógica, para oferecer melhor qualidade no ensino, pois as cobranças de melhores resultados são muitas, tanto por parte dos pais como do sistema educacional, a saber, IDEB alto, por exemplo.

A realidade das condições do trabalho docente contradiz o item do PNE lei 10.172/2001, que diz atender a:

Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

A partir de protesto e reivindicação da sociedade, o Plano Nacional de Educação de 2001 incluiu em seu texto as demandas reivindicadas, mas passou longe do que foi proposto a saber: valorização do magistério e melhores condições de trabalho dos professores.

Segundo o PNE (2011-2020):

a) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, moral e mental dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino; b) Institucionalizar, no prazo de um ano de vigência do PNE- 2011/2020, política de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço; c) Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica em sua área de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício; d) Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiro didático e material suplementar; e)

Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente; f) Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; g) Implementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, plano de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar; h) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

Ao analisar os documentos: Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE-2011/2020) e Documento Final da CONAE, entende-se que para construir um sistema nacional de educação capaz de atender democraticamente uma modalidade que ofereça de fato qualidade no ensino, deve haver fidelidade às diretrizes educacionais comuns que regem todo o território tendo suas desigualdades superadas.

Que haja desenvolvimento das políticas públicas educacionais através de uma regulamentação das atribuições específicas dos entes federados, onde o Sistema Nacional de Educação seja compreendido como articulador e normatizador do ensino público e privado ao garantir diretrizes educacionais comuns sem perder o foco nas especificidades próprias de cada um, sendo a gestão democrática fundamental para manutenção dessas finalidades e diretrizes.

Assim, os entes federados deverão utilizar mecanismos democráticos como órgãos de deliberações da comunidade escolar e profissionais da educação, com participação coletiva nos Projetos Políticos Pedagógicos, nas instituições de ensino em segmento das diretrizes da LDB, a fim de melhorar a qualidade da educação, onde o cidadão a partir de sua formação seja capaz de exercer plenamente seu ofício no âmbito global de sua autorrealização.

Atualmente muito se fala em um alto investimento no Programa Nacional de Educação na Idade Certa (PNAIC), que tem como exigência que ao final do terceiro ano todas as crianças estejam alfabetizadas. Mas para que isso de fato possa acontecer, acredita-se ser necessário que as leis saiam do papel e passem a valer na prática, que as políticas públicas sejam capazes de atender com precisão o direito dos cidadãos a uma educação de qualidade ao proporcionar aos profissionais da educação ao menos o mínimo necessário a melhores condições de trabalho do docente.

SOARES (1991), afirma que uma teoria coerente de alfabetização com sucesso só será possível se a articulação e integração das várias facetas do processo, ou seja, se for contextualizada culturalmente à luz de uma postura política que resgate seu verdadeiro significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que esta pesquisa bibliográfica se propôs a investigar foi: conhecer quais são os fatores causadores das condições desfavoráveis do trabalho docente. O que tem sido feito para sanar tais dificuldades que sobrecarregam o professor da escola pública diante de tantas responsabilidades a ele atribuídas.

Apesar de muitas reivindicações, movimentos, estratégias e planos que foram propostos nesta constante luta por melhores condições de trabalho docente, com respaldo na análise crítica deste estudo, percebe-se que o professor hoje, convive com uma realidade angustiante pelas condições desfavoráveis de trabalho, o que o torna desmotivado para realização do seu ofício. As representações de tamanha insatisfação são os baixos salários, estrutura física das escolas inadequadas, materiais didáticos não adequados, ausência da família, problemas de indisciplina dos alunos bem como a violência, carga horária excessiva e outros.

Espera-se que este estudo contribua, em conjunto com outras e/ou novas pesquisas aprofundadas, com reflexões que caminhem na direção de objetivar a valorização ampla do ofício dos professores a fim de buscar melhorias das condições de trabalho docente.

Vivemos em um mundo de constantes mudanças e inovações tecnológicas, e nesse mundo globalizado não basta ser bom, é necessário buscar a excelência em tudo que se faça e para isto, é fundamental que as políticas públicas deem o devido valor e passe a oferecer as condições necessárias que visam melhorar a qualidade no ensino público, através de salários dignos, formação para o docente, melhorias na estrutura física das escolas públicas, materiais pedagógicos de qualidade, conscientização e apoio social à comunidade escolar, a fim de buscar parceria da família com a escola.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar ou dar uma resposta para a questão, mas de sinalizar alguns pontos que possibilitem uma maior reflexão sobre como

possibilidade que possam auxiliar na resolução da problemática que incomoda educadores da rede pública de ensino. Assim, o mérito deste trabalho está além das condições para ampliar as discussões sobre o tema, na oportunidade de investigar um assunto que interessa toda uma classe trabalhista.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. PNE. Plano Nacional de Educação.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

Acesso em: 25/06/2013

CONAE: **Conferência Nacional de Educação** – Documento Final – páginas 19 a 165.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996.**

PNE: **Plano Nacional de Educação** (PNE – 2011/2020) – PL nº 8.035/2010: Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – páginas: 12 a 104.

SOARES, Mágda. **Linguagem e Escola: uma perspectiva social.** 8ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

REBOLO, Flavinês; CARMO, Jefferson Carriello do. Mudanças nas formas de trabalho e o mal-estar dos professores. In: VIII Seminario Internacional Red Estrado - UCH – CLACSO, 2010, Lima. Anais..., Lima : Red Estrado; Universidad de Ciencias y Humanidades; CLACSO, v. 1. p. 1-14. 2010. Disponível em:

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Juliana%20Gomes%20da%20Silva%20Soares.pdf>.

Acesso em: 27/06/2013.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE
JESUS TORRES**

DAIANE PEREIRA NEVES

MARIA JUSTINA PEREIRA FONSECA

SANTILHA DE FÁTIMA SILVA

BELO HORIZONTE – MG

ABRIL/2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO VIVENCIAL

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE
JESUS TORRES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE - MG
2013

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	04
2.FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	07
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
3.1 ADMINISTRATIVA.....	08
3.2 PEDAGÓGICA.....	09
4. CURRÍCULO.....	12
5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	15
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	16
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
8. AVALIAÇÃO.....	18
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

Esta proposta refere-se ao Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria de Jesus Torres, localizada à Praça João Dias de Castro nº. 50, no município de São João do Pacuí, Minas Gerais. A Escola Municipal Maria de Jesus Torres é mantida pelo município de São João do Pacuí e administrada pela Secretaria Municipal de Educação e norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor.

Atende do 1º ao 5º ano com 208 alunos e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) 1º e 2º segmento com 42 alunos totalizando 250 alunos. A intenção da instituição é apontar diretrizes que garantem padrão de qualidade do ensino, programas e estratégias que orientem e facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

O corpo docente é composto por 14 professores habilitados no curso Normal Superior e Pedagogia, 01 especialista de educação, que busca estratégias incrementando assim todo o trabalho pedagógico. Conta ainda com 06 ajudantes de serviços gerais e 01 secretária.

O Projeto Político Pedagógico nasceu do movimento de ação-reflexão-ação que nunca está pronto e acabado. Foi construído e serão vivenciados em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo, mobilizando diretor, supervisor pedagógico, professores, alunos, pais e funcionários em termo de um grande movimento de transformação da escola, em que a ação foi e será analisada e refletida, para definir os passos do coletivo.

Quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar o seu projeto pedagógico, ela propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica. Ao exercer essa autonomia, a escola, consciente de sua missão, implementa um processo compartilhado de planejamento e responde por suas ações e seus resultados.

A construção do Projeto Político Pedagógico implica em enfrentar os desafios das mudanças e transformações da realidade da escola. Daí nasce a necessidade do mesmo ser elaborado com a participação da comunidade escolar, para construir coletivamente instrumentos de práticas, que se comprometam com o trabalho de conjunto, fazendo com que haja compromisso de todos os integrantes do processo educativo.

ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA

Dependências	Quantidade	Condições de utilização		O que está inadequado
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01	-----	01	Provisória
Secretaria	01	-----	01	Provisória
Sala de professores	01	-----	01	Espaço pequeno
Sala de leitura ou biblioteca	01	-----	01	Acervo insuficiente
Sala de informática	01	-----	01	Espaço físico
Sala de aula	05	05	-----	-----
Recreio coberto	01	-----	01	Espaço pequeno
Quadra de esporte descoberta	01	-----	01	Falta cobertura e reforma em geral
Cozinha	01	-----	01	Espaço pequeno
Sanitário dos funcionários	01	-----	01	Espaço pequeno
Sanitário dos alunos	02	02	-----	-----

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria de Jesus Torres tem por finalidade oferecer um ensino de qualidade ao educando, contribuindo para sua formação, ao integrar a proposta curricular à sua realidade, fazendo com que o aluno seja capaz de agir conscientemente no meio social e se auto-realizar como cidadão de bem na transformação e interação com a sociedade.

A escola ministra os anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos, observa em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Propõe uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária com espaço cultural de socialização e de desenvolvimento do educando visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

No Ensino Fundamental são respeitados os norteadores das ações pedagógicas previstos nas Diretrizes Curriculares, para o Ensino Fundamental no que diz respeito aos Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao bem Comum. Os Princípios Políticos dos Direitos e deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem Democrática e os Princípios Estéticos da Sensibilidade da Criatividade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Ao orientar suas práticas para o fortalecimento de sua própria autonomia, a escola pode construir o seu conceito de qualidade de ensino e adequar melhor a sua função às necessidades da comunidade. Nesse sentido, organizando o seu trabalho pedagógico, a escola avança para outro nível de autonomia, mais solidário e com mais diálogo, que pode levar os segmentos a si envolver no processo de forma mais efetiva, pelas ações desenvolvidas no cotidiano escolar.

A Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo a princípio, a recuperação de uma significativa fração de jovens que não tiveram acesso à educação conforme dispositivos legais, esse contingente de jovens que por razões sociais e econômicas viveram a margem do processo educacional.

A EJA na percepção de tamanha desigualdade social busca minimizar o impacto social, cria projetos que viabilizam a inserção destes no processo de educação ao oferecer atendimento especializado para assim resgatar a sua cidadania.

Segundo a Declaração de Hamburgo (1997), a respeito da Educação de Jovens e Adultos a alfabetização é concebida como o conhecimento básico necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental.

Considera-se enfim, que os termos jovens e adultos indicam que em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores que conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Administrativa

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários do funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:

- Direção Geral

- Secretário
- Corpo Docente
- Assistente Técnico Pedagógico
- Assistente de Educação
- Serviços Gerais

É exercida pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola promove o aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupa-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido, é uma escola reflexiva possibilitando a todos e a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

A escola possui sede própria com pátio, quadra esportiva não coberta, salas de aulas, banheiros, secretaria, cantina, sala de direção, laboratório de informática. Todas as dependências com mobiliário correspondente as necessidades para o seu atendimento. A infraestrutura é adequada aos anseios da comunidade.

A escola não tem autonomia financeira. A prefeitura municipal supre todas as suas despesas atendendo a suas necessidades.

Pedagógica

A Instituição atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental totalizando 250 alunos por série, EJA 1º e 2º segmento – anos iniciais 42 alunos. Ensino Fundamental, desenvolvidos em 03(três) módulo- aula – de 50 minutos por dia letivo, no horário compreendido entre 18hs30min e 21hs15min

e terão atividades de estudos complementares(extraclasse) ao processo de aprendizagem, de 100(cem) horas e 600(seiscentas horas anuais), num total de 18:00 horas de curso. O curso é presencial, sendo necessário, pelo menos 75% de frequência obrigatória para fins de promoção.

As turmas de EJA destinam-se a pessoas que queiram retornar os estudos, observando a idade mínima de 15 e 18 anos respectivamente, no Ensino Fundamental.

Poderão ser aproveitados estudos realizados com êxito em qualquer curso regular e supletivo ou exames supletivos, legalmente autorizados, mediante apresentação de documentação comprobatória e na falta desta, mediante avaliação pela escola autorizada, para situar o candidato no nível correspondente ao seu preparo. O candidato que tiver eliminado alguma disciplina deverá ter o “aproveitamento de estudos” apenas em nível de término do curso, nesses casos, não sendo exigida a frequência mínima obrigatória para fins de aprovação.

Diante do exposto pode-se constatar que de acordo com a demanda a ser atendida no município, tanto no que se refere à alfabetização ao que se refere à escolarização de jovens e adultos a instituição propõe desafios postos a EJA, uma vez que a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as transformações pelas quais o mundo tem passado, alterou a concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhe oportunidades educacionais apropriadas, considerado as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho.

A partir da concepção de Educação como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, já não basta ensinar ao jovem e o adulto ler e escrever, como no passado. Para se inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar a qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar as suas oportunidades no mercado de trabalho. A EJA deve compreender, no mínimo, a oferta de formação equivalente aos nove anos do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental

Ano	Alunos	Professores
1º	22	01
1º	18	01
2º	19	01
2º	21	01
3º	23	01
3º	18	01
4º	25	01
4º	18	01
5º	31	01
5º	29	01

EJA 1º segmento

Período	Alunos	Professores
1º	22	01
2º	21	01
3º		

A escola não tem apenas o papel de transmitir o conteúdo científico, possibilita ao aluno um conhecimento de sua vivência e para isso o planejamento das atividades deverá ser feito através da realidade do aluno,

sendo o conteúdo em sala de aula resultado da necessidade manifestada a partir do conhecimento do próprio estudante.

Assim, temos a produção e a internalização do conhecimento por parte do educando.

Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que o professor e o aluno avancem seus conhecimentos e se constituem como sujeitos reflexivos. A escola elabora por disciplina aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada ano de sua escolaridade.

A avaliação é contínua e processual o professor questiona sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar. É abandonada a avaliação como elemento disciplinador, ela é transformada em instrumento para a criação de algo novo, utilizado como acessório pedagógico para aprofundar o conhecimento.

CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Maria de Jesus Torres reflete a concepção de educando e de sociedade que se quer formar na organização do trabalho, a postura dos educadores, dos conteúdos e a metodologia de ensino. Expressa ainda, a construção social do conhecimento e propõe uma sistematização de meios para que essa construção se efetive.

O desenvolvimento dos componentes curriculares do Ensino Fundamental tem como princípios difundir valores fundamentais dos direitos e

deveres do cidadão e também do exercício de sua cidadania e respeito ao bem comum. Dará sequência conforme as necessidades dos alunos oferecendo o tempo necessário para o seu desenvolvimento a fim de alcançar o objetivo e será tratado como recursos para desenvolver competências cognitivas e sociais.

O currículo foi composto de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, ambas integram e articulam a vida do cidadão com as áreas do conhecimento.

Na organização curricular da educação de Jovens e Adultos, deverão ser observados os componentes das seguintes áreas do conhecimento:

- Língua Portuguesa;
- Língua Estrangeira (Inglês);
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística.
- Educação Religiosa
- Educação Física

Os conteúdos das áreas de conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida do educando, em seus aspectos, tais como:

- Saúde;
- Sexualidade;
- Vida familiar social;
- Meio ambiente;
- Trabalho;

- Tecnologia;
- Cultura;
- Linguagens.

Podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Para o Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários aspectos como:

- A saúde;
- A sexualidade;
- A vida familiar e social;
- O meio ambiente;
- O trabalho;
- A ciência e a tecnologia;
- A cultura;
- As linguagens.

As áreas de conhecimento são:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística;
- Educação Física;
- Educação Religiosa, na forma do art. 33 Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

O ensino religioso será de matrícula facultativa para os alunos do Ensino Fundamental e é parte integrante da formação básica do cidadão assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil.

A parte diversificada do currículo tem por objetivos permitir que em cada região seja possível incorporar estudos de interesse da sociedade, da cultura e da economia. Ao enriquecer e complementar a Base Nacional Comum propiciará a escola à introdução de projetos e atividades do interesse da comunidade.

O plano curricular deve ser elaborado pela escola com base na proposta curricular 2º segmento do Ensino Fundamental / Educação de Jovens e Adultos e nos Parâmetros Curriculares Nacionais- MEC.

TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do processo educativo no Ensino Fundamental foi organizada em nove anos de escolaridade divididos em 04 (quatro) bimestres sendo oferecido no Plano Curricular o mínimo de 200 dias letivos e uma carga horária mínima anual de 800 horas.

Matutino - início 07 horas e término 11 horas e 15 minutos

Vespertino - início 12 horas e 30 minutos e término às 16 horas e 45 minutos.

A proposta de Ciclos compreende os seguintes aspectos:

- Implantação do regime de progressão continuada;
- Organização desse regime em dois ciclos: ciclo inicial de alfabetização e ciclo complementar.

A escola nos anos iniciais adota a organização em ciclos com duração de 09 anos, sendo:

- Ciclo inicial: 1º ao 3º ano de escolaridade.
- Ciclo complementar: 4º e 5º ano de escolaridade.

Dentro deste tempo a escola procura organizar as turmas de acordo com a idade e nível de escolarização para garantir a aprendizagem. Busca também formas alternativas, para garantir a aprendizagem do aluno que tem mais dificuldades.

Na organização dos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos, a carga horária prevista será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido para o Ensino Regular Fundamental. Exigir-se á dos alunos, da escola frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária global de cada etapa.

O regime adotado para a EJA do Ensino Fundamental terá a duração de 03(três) anos letivos, organizados em 03 (três) períodos. Os períodos serão desenvolvidos em regime anual, tendo cada duração de 200(duzentos) dias letivos, 1.800(mil e oitocentos) módulos aula num total de 1800 horas (mil e oitocentos). Sendo o planejamento desenvolvido por períodos (anual), e subdividido em bimestre.

PROCESSOS DE DECISÃO

Compete o papel de o diretor articular e incentivar a participação da ação colegiada na escola.

Baseando nesta perspectiva foi criado o órgão colegiado que possibilita o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais na sua tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola está envolvida apontando a solução dos mesmos. O conselho de classe tem por objetivo a avaliação coletiva do ensino – aprendizagem do aluno, subsidiando dessa forma, a construção do Projeto Político Pedagógico.

O colegiado é formado por representante de cada segmento, ou seja, representantes de: alunos, pais, professores, especialistas em educação, funcionários da educação e representantes da comunidade local.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Os profissionais da escola buscam enriquecer o seu trabalho e procuram desenvolver um trabalho integrado, num ambiente fraterno de respeito e amizade.

O trabalho direto com as crianças exige que os profissionais da educação devam estar preparados à nova ordem social aos avanços tecnológicos e busca aperfeiçoamento em prol de uma educação de qualidade da escola. Procura desenvolver um trabalho integrado promovendo ciclos de estudos e debates quinzenais quanto à legislação, atualização de docentes e troca de experiências.

Há sempre promoções de confraternização como: aniversários, dia do professor, dia do diretor, dia do secretário, dia da cantineira, natal etc.

A escola busca promover um maior entrosamento família e escola para informação e conscientização da necessidade de trabalho em conjunto na educação de seus filhos. Para isso a escola promove reunião de docentes e especialistas com os pais para apresentação de resultados, e desenvolve trabalhos individualizados com os pais dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com todos: a observação e a avaliação.

AVALIAÇÃO

Avaliação é contínua e processual.

Segundo Haidt (1994), Melchior (1999) e Hoffmann (2003), os princípios a elaboração dos objetivos que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar a reorientação da sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

Para atender a um novo processo de educação faz-se necessário, que o professor questione sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar.

É hora de abandonar a avaliação como elemento disciplinador e transformá-la em instrumento para a criação de algo novo, utilizando como forma de aprofundar conhecimento. É preciso definir o que quer avaliar, pois a avaliação deve ser um processo contínuo, descritivo, sistemático, integral e orientador, que acompanha o desenvolvimento do aluno em diferentes experiências de aprendizagem, evidenciando mudanças de comportamento.

A avaliação da aprendizagem deverá cumprir seu papel dentro de um novo contexto. Um contexto em que a escola precisa cada vez mais preparar-se para reconhecer as diferenças e saber lidar com elas; para conviver com os múltiplos interesses, variados pontos de vista e ritmos de aprendizagem.

Nessa escola, o que se pretende é assegurar aos alunos, condições para que possam aprender aquilo que é indispensável à sua formação enquanto seres humanos profissionais e cidadãos. Profissionais versáteis, com capacidade de decisão frente às situações complexas, com senso de responsabilidade, autonomia, espírito crítico e autoconsciência, cooperação e capacidade de comunicação.

Fazem-se necessários que o professor conheça seus alunos, tenha sensibilidade para perceber mudanças e que tenha compromisso com seu desenvolvimento, que saiba aquilo que vai ensinar e como deve ensinar. O que implica numa nova maneira de conceber e realizar a avaliação da aprendizagem.

Uma avaliação contínua e que seja a favor do aluno, um instrumento para seu autoconhecimento e crescimento pessoal que permite ao professor fazer um diagnóstico do que foi aprendido ou não identificado e os diferentes fatores que possam ter contribuído para os resultados observados.

Uma avaliação que permita ao aluno conhecer o seu modo de ser e de pensar o mundo, os seus “erros” e sucessos, e que ajude o aluno a aprender a se auto - avaliar, a buscar novos caminhos para a sua realização com sabedoria e responsabilidade numa tentativa de conhecer-se a si mesmo.

Nesta perspectiva, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos:

- Provas operatórias em dupla, equipe individuais;
- Seminários;
- Proposição e resolução de situação – problemas;

- Auto-avaliação;
- Pesquisa do campo;
- Pesquisa bibliográfica;
- Estudos dirigidos em duplas e equipes;
- Jogos e desafios;
- Atividades artísticas de teatro, música, poesia e artes plásticas;
- Elaboração de esquemas, resumos e relatórios;
- Atividades de leitura, interpretação e produção de textos;
- Produções literárias;
- Produção de murais;
- Observação de desempenho cognitivo, afetivo e social;
- Entre outros.

Os registros das avaliações realizadas pelos alunos nas Escolas Municipais de São João do Pacuí serão feitos nos quatro bimestres, em cada ano letivo.

Na avaliação do aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental, serão adotados os seguintes conceitos:

- O aluno alcançou todos os objetivos propostos;
- O aluno alcançou parcialmente os objetivos propostos;
- O aluno não alcançou os objetivos propostos.

Na avaliação do aproveitamento para os alunos da Educação de jovens e adultos poderá conseguir, durante o semestre letivo, 100(cem) pontos cumulativos. Estes pontos serão assim distribuídos:

- 60 pontos destinados a trabalhos individuais e em grupos, pesquisas e outros;
- 40 pontos para as avaliações.

Na distribuição dos pontos deverá ser observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

É um grande desafio a construção de um projeto de escola comprometida com os interesses populares. À ação deve ser empreendida pela coletividade que a compõe onde cada um participa da elaboração, implementação, avaliação e aperfeiçoamento constante do projeto político pedagógico da escola.

Dentro de suas competências e possibilidades, cada integrante da comunidade escolar assume um papel, servindo aos propósitos e objetivos definidos.

Assim, considerando as especificidades e características básicas da escola, diferentes estratégias poderão ser implementadas como as realizações de reuniões, debates e ciclos de estudo visando à leitura e análise do presente documento, de forma a deflagrar processo de definição de questões básicas, organização pedagógica, administrativa da escola e reunião para diagnóstico, acompanhamento e avaliação pela comunidade escolar. E ainda realizar reunião pedagógica tendo como objetivo avaliar as ações educativas.

REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “**Maria de Jesus Torres**”.

OLIVEIRA, João Ferreira - A **construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20`-05-2010

LDB-9394/96 Art.4º -Art.12 e Art.32

Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental - Parecer CEB/ 4/98

